

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2015.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	461.847	160.678	CIRCULANTE	30.185	25.286
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	312.208	18.858	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e).....	19.893	15.671
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d).....	11.091	9.990	Dividendos a Pagar (Notas 9d e 15a).....	10.218	8.846
Juros sobre Capital Próprio/ Dividendos a Receber (Nota 15a).....	137.687	131.088	Outras Obrigações (Nota 10).....	74	769
Depósitos Judiciais (Nota 7).....	800	680	NÃO CIRCULANTE	800	-
Créditos Tributários (Nota 15c).....	61	62	Provisão para Contingências Fiscais (Nota 11).....	800	-
NÃO CIRCULANTE	5.577.405	4.803.608	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.008.267	4.939.000
Realizável a Longo Prazo.....	292.692	1.682	Capital Social (Nota 8a).....	1.300.000	1.050.000
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6).....	292.558	-	Reservas de Capital (Nota 8b).....	2.356.812	2.606.812
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d).....	-	1.543	Reservas de Lucros (Nota 8c).....	2.346.855	1.281.473
Créditos Tributários (Nota 15c).....	134	139	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	4.600	715
Investimentos (Nota 8b).....	5.284.713	4.801.926	TOTAL	6.039.252	4.964.286
TOTAL	6.039.252	4.964.286			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
RECEITAS OPERACIONAIS	1.102.106	951.654
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8b).....	1.069.804	924.778
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12).....	32.302	26.870
Outras Receitas Operacionais.....	-	6
DESPESAS OPERACIONAIS	4.453	3.675
Despesas Tributárias (Nota 13).....	3.552	2.626
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	901	1.049
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.097.653	947.979
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	(22.053)	(16.860)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.075.600	931.118
Número de ações.....	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	2.007,48	1.737,82

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.097.653	947.979
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(1.069.804)	(924.778)
Juros e Variações Monetárias, Líquidas.....	(519)	7
Lucro Líquido Ajustado	27.330	23.208
Aumento em Empréstimos e Recebíveis.....	(292.558)	-
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(5.338)	1.714
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	1.254	(7.243)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(7.035)	(7.601)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(276.347)	10.078
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre Capital Próprio.....	-	-
Recebidos.....	27.575	20.801
Dividendos Recebidos.....	550.968	458.631
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	578.543	479.432
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(8.846)	(690.000)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(8.846)	(690.000)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.350	(200.490)
Início do Exercício.....	18.858	219.348
Fim do Exercício.....	312.208	18.858
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	293.350	(200.490)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro Líquido	1.075.600	931.119
Outros Resultados Abrangentes	3.885	(49.391)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	3.885	(49.391)
Total do Resultado Abrangente	1.079.485	881.728

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como colista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.
- 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.
- 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.
- 2.2) Moeda funcional e de apresentação**
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.
- 2.3) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.
- 2.4) Ativos financeiros**
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.
- 2.5) Determinação do valor justo**
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
- 2.6) Investimentos em coligadas e controladas**
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.
Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.
Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.
- Ágio (Goodwill)**
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.
O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.
- 2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.
- 2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

8) INVESTIMENTOS

- a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.
b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Em 31 de dezembro		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado		2014	2013	2014	2013
Cielo S.A.	2.000.000	4.496.171	450,416	1.288.074	952.798	924.699	802.063
Tempo Serviços Ltda.	1.575.650	2.249.775	736.804	1.052.037	943.837	108.294	92.178
Tapajós Holdings Ltda.	413.433	780.075	111.989	211.303	171.992	36.811	30.537
Ágio - Cielo S.A. (2).....	-	-	-	2.733.299	2.733.299	-	-
Total				5.284.713	4.801.926	1.069.804	924.778

- (1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de provisionamento.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Reservas de lucros	2.346.855	1.281.473
- Reserva legal (1).....	244.471	190.691
- Reserva estatutária (2).....	1.022.384	1.090.782

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e
(3) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).
- d) Dividendos**
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

continua...

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata - 4ª andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2014 e 2013 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	% (1)	2013	% (1)
Lucro líquido do exercício	1.075.600		931.119	
Reserva legal.....	(53.780)		(46.556)	
Base de cálculo	1.021.820		884.563	
Dividendos mínimos obrigatórios	10.218		8.846	
Total dos dividendos	10.218	1,0	8.846	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Impostos de renda.....	-	-	680	(1)
Serviços prestados a pagar.....	-	-	1	1
Editais e publicações.....	74	88	88	88
Total	74	769	769	769

(1) Crédito de Restituição em duplicidade da Receita Federal do Brasil (RFB), transferido para provisão em contingências fiscais.

11) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Provisão - contingências fiscais	800	-	-	-
Total	800	-	-	-

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	22.516	7.493	7.493	7.493
Rendimento de operações compromissadas	9.267	19.384	19.384	19.384
Juros ativos (1)	519	4	4	4
Variação monetária.....	-	(11)	(11)	(11)
Total	32.302	26.870	26.870	26.870

(1) Durante o exercício de 2014, ocorreu atualização do depósito judicial, no montante de R\$ 120.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
PIS e COFINS	3.552	2.531	2.531	2.531
Impostos e taxas	-	95	95	95
Total	3.552	2.626	2.626	2.626

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Editais e publicações	84	97	97	97
Serviços de terceiros	18	21	21	21
Contribuição sindical patronal	-	47	47	47
Provisão para contingências fiscais	120	-	-	-
Doações e patrocínios.....	679	882	882	882
Outras despesas administrativas.....	-	2	2	2
Total	901	1.049	1.049	1.049

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:	171	-	9	-
Banco Bradesco S.A.	171	-	9	-
Empréstimos e recebíveis:	292.558	9.267	19.384	-
Banco Bradesco S.A.	292.558	9.267	-	19.384
Dividendos/JCP a receber:	137.687	-	131.088	-
Cielo S.A.	136.308	-	129.922	-
Tempo Serviços Ltda.	1.029	-	876	-
Tapajós Holdings Ltda.	350	-	290	-
Dividendos a pagar:	10.218	-	8.846	-
Caeté Holdings Ltda.	2.029	-	1.756	-
Elba Holdings Ltda.	3.348	-	2.899	-
Rubi Holdings Ltda.	4.841	-	4.191	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Columbus Holdings S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	1.097.653	947.979	947.979	947.979
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(373.202)	(322.219)	(322.219)	(322.219)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	337.621	295.819	295.819	295.819
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(230)	(40)	(40)	(40)
Juros sobre o capital próprio	13.056	9.303	9.303	9.303
Outros (1)	702	371	371	371
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.053)	(16.860)	(16.860)	(16.860)

(1) Composto basicamente pelo valor dos Incentivos Fiscais 2014 - R\$ 702 (2013 - R\$ 346), utilizados para redução de imposto de renda.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2014	2013	2014	2013
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(22.047)	(16.858)	(16.858)	(16.858)
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(6)	(2)	(2)	(2)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(22.053)	(16.860)	(16.860)	(16.860)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2013	Constituição	Realização	2014
Perdas de investimentos.....	170	-	-	170
Provisão de editais e publicações	31	25	(31)	25
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	201	25	(31)	195

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante a R\$ 184 mil (2013 - R\$ 189 mil).

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 11.091 (2013 - R\$ 11.533) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio e aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 19.893 (2013 - R\$ 15.671), referem-se à Contribuição Social de R\$ 3.648 (2013 - R\$ 2.155), Imposto de Renda de R\$ 15.941 (2013 - R\$ 12.297), PIS de R\$ 54 (2013 - R\$ 217) e Cofins de R\$ 250 (2013 - R\$ 1.002).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2015.....	45	16	62
2016.....	48	17	67
2017.....	48	17	67
2018.....	3	1	5
Total	144	51	195

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;

b) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. E em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

c) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

d) Não há outros eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 27 de abril de 2015

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153659/O-0